



Agosto 2017 - ISSN: 1988-7833

## **AGENTES DA COMUNIDADE CATÓLICA NOSSA SENHORA DA SAÚDE COMO PROMOTORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (CIDADE DE CAMPO GRANDE (MS), BRASIL)\***

### **SERVANTS OF THE CATHOLIC COMMUNITY NOSSA SENHORA DA SAÚDE (OUR LADY OF HEALTH) AS PROMOTERS OF LOCAL DEVELOPMENT (CAMPO GRANDE CITY (MS), BRAZIL)**

Deisi Graziela de Lima Martins<sup>1</sup>  
Nataniél Dal Moro<sup>2</sup>  
Priscilla Monge Brugeff<sup>3</sup>

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Deisi Graziela de Lima Martins, Nataniél Dal Moro y Priscilla Monge Brugeff (2017): "Agentes da comunidade católica Nossa Senhora da Saúde como promotores de desenvolvimento local (Cidade de Campo Grande (MS), Brasil)", *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (julio-septiembre 2017). En línea:

<http://www.eumed.net/rev/ccss/2017/03/desenvolvimento-local.html>

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objeto central a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, criada no final dos anos 1990 e localizada na Zona Sul da cidade de Campo Grande-MS-Brasil. Intentamos evidenciar o papel da comunidade e analisar alguns aspectos da ação dos fiéis, aqui destacados como promotores de desenvolvimento local e, mais especificamente, como realizadores de empreendedorismo religioso, faceta que constatamos ainda pouco referida em análises acadêmicas. Priorizamos sobremaneira dois eixos de reflexão, por nós pensados como complementares: 1º) diálogo com aportes teóricos e 2º) problematização de fontes impressas e depoimentos, parte dos quais obtidos por meio de entrevista livre-narrativa com integrantes da referida Comunidade religiosa.

---

\* Revisto e atualizado, o texto em tela constitui um fragmento das reflexões desenvolvidas no Projeto *Agentes da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde como promotores de desenvolvimento local*. A presente atividade foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a orientação esteve a cargo do Prof. Dr. Nataniél Dal Moro. Os autores deste trabalho realizaram pesquisa mais ampla, com materiais ainda não burilados. Alguns fragmentos aqui expostos foram apresentados por meio de trabalho oral na disciplina Seminário Integrador 2015/A do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Somos gratos aos ouvintes pelas oportunas sugestões e, também, aos depoentes por nós contactados em várias ocasiões, já que nos receberam gentilmente, fornecendo informações e dirimindo várias de nossas dúvidas no decurso do trabalho.

<sup>1</sup> Graduada em Administração. Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atuou como professora na Universidade Anhanguera-Uniderp. E-mail: prof.tutora.deisi@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em História. Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio pós-doutoral em História do Brasil pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC). Atuou como professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e ministrou atividades no Curso de Graduação em História da Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) e no Curso de Especialização em História, Sociedade e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É editor científico da *Cordis: revista eletrônica de história social da cidade*. E-mail: natanieldalromo@bol.com.br

<sup>3</sup> Graduada em Direito. Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: pbrugeff@gmail.com

**Palavras-chave:** Cidade de Campo Grande, comunidade religiosa, desenvolvimento local, empreendedorismo religioso.

## **ABSTRACT**

The central object of this study is the Catholic Community Nossa Senhora da Saúde, created in the late 1990 and located in the South of Campo Grande city (MS). Our attempt is to highlight the role of the community and examine some aspects of the action of the believers, that we emphasize as promoters of local development and, more specifically, as directors of religious entrepreneurship, a facet that we are still referred to in academic analyses. We largely prioritize two central concepts of reflection we understand as complementary: 1) dialogue with theoretical contributions and 2nd) questioning of printed sources and statements, part of which we obtained through free-narrative interviews with members of that religious Community.

**Keywords:** City of Campo Grande, religious community, local development, religious entrepreneurship.

## **1 Considerações iniciais**

A presença da instituição religiosa Igreja Católica Apostólica Romana é das mais marcantes no Brasil. A respeito do território que em fins do século XIX já tinha denominação Campo Grande (hoje Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul-MS-Brasil) constam registros de uma atuação embrionária dessa instituição religiosa que poderia ser localizada na década de 1870 (Arquidiocese..., 2015). Algumas obras mencionam a existência de uma “pequena igreja”, às vezes descrita também como “capela” ou “igrejinha”, em área próxima aos atuais córregos Prosa e Segredo (Machado, 1990, p. 20-23).

Pelo que tudo indica, tornou-se ponto de referência e local de sociabilidade entre moradores e viandantes que, naquela época, passavam ou aportavam no nascente povoado, muitos dos quais visando para comercializar gado ou intentar atividades comerciais no ramo pastoril, bem como assenhorear-se de glebas “sem donos”. O *Guia Diocesano de Pastoral da Arquidiocese de Campo Grande* (Lacerda, 1989) informa que a 07 de abril de 1912 deu-se a criação da Paróquia Santo Antônio, atual Catedral Nossa Senhora da Abadia.

Depois da constituição da Paróquia Santo Antônio foram criadas várias outras na cidade de Campo Grande. Citamos algumas: 1939 – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; 1939 – Paróquia São João Bosco; 1949 – Paróquia São José; 1950 – Paróquia São Francisco de Assis; 1964 – Paróquia Nossa Senhora de Fátima; 1967 – Paróquia Cristo Luz dos Povos; 1971 – Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora; 1982 – Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida; 1985 – Paróquia Cristo Redentor; 1986 – Paróquia Cristo Rei; 1988 – Paróquia Nossa Senhora das Moreninhas; 1988 – Paróquia Santa Rita de Cássia e 1988 – Paróquia São Judas Tadeu (Lacerda, 1989, p. 5-19).

Esta última, a Paróquia São Judas Tadeu, está localizada na Zona Sul da cidade de Campo Grande-MS, área que a partir das décadas de 1960-70 registrou, por motivos diversos nas esferas regional e nacional, significativas taxas de crescimento populacional, configuração às vezes nominada como *explosão demográfica* (Moro, 2016, p. 534). Conforme informações disponíveis no site da referida Paróquia, o número de residentes atinge a casa das 100 mil pessoas (Paróquia..., 2015a).

As Comunidades pertencentes à Paróquia são: São Geraldo Majella (Bairro Jockey Club), Santa Luzia (Vila Nha-Nhá), São José de Anchieta (Jardim Piratininga), Nossa Senhora da Saúde (Vila Ipiranga), Maria Mãe dos Migrantes (Jardim Nova Esperança), São Tarcísio (Vila Progresso) e Matriz – Santuário São Judas Tadeu (Jardim América). A seguir estudaremos especificamente a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, que foi criada em fins dos anos 1990, dando ênfase para o papel da comunidade como promotores de desenvolvimento.

## **2 Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde: localização e objeto de estudo**

A Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde foi criada em 1998 e faz parte da Zona Sul da cidade de Campo Grande, área por vezes referida como pertencente à antiga fazenda Bandeira, que passou a ser loteada com mais intensidade a partir da década de 1960 (Ribeiro, [1993?], p. 316). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Urbano (SEMADUR), esta área pertence à Região Urbana Anhanduizinho, Bairro Piratininga, e integra o parcelamento Vila Ipiranga. Segundo números do Censo 2010, tinha uma população residente de 13.993 pessoas, com idade média de 32,88 anos (Semadur, 2015; Campo Grande, 2015). A figura a seguir lista, na atualidade, as principais vias do bairro, bem como indica a localização da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde.

**Figura 1:** Bairro Piratininga



Fonte: Google Maps, 2017.

O objeto maior deste estudo é a própria Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, em particular a ação de seus integrantes à edificação deste templo religioso, que pensamos não se limita apenas ao imóvel ou às obras materiais. A edificação mais ampla da qual falaremos encontra guarida e destaque nos trabalhos desta Comunidade, isto é, nas pessoas que a constituem, pois elegem e materializam “prioridades”, muitas delas porosas, que à época eram edificadas pelos seus integrantes.

Inclusive, o próprio conceito teórico ou categoria analítica de “comunidade” é indicativo da pluralidade de assertivas que, por vezes, podem ser atribuídas à palavra, haja vista a gama de autores que já problematizaram o seu conteúdo no passado e continuam a pensá-lo no tempo presente, alguns dos quais propuseram como substituto o termo “redes sociais” (Costa, 2005, p. 239; Peruzzo; Volpato, 2009, p. 140-144).

Em nosso estudo pensamos serem úteis as seguintes definições: uma mais ampla, que entende comunidade como categoria que se refere às pessoas que vivem em comunidade, no sentido de terem um ou mais objetos ou projetos em comum, talvez possível de ser sintetizada na ideia *lato* de vida em comum, e, também, uma mais específica, a qual concebe comunidade como teoria que sinaliza para um ideal, nem sempre claramente definido em termos de um pensamento racional, e que pode ser edificado por meio do agir de seus agentes, materializando-se no decurso das ações que os seus integrantes empreendem em sociedade.

Procuramos dar ênfase ao percurso e às atividades, ao desenvolvimento que realizaram em comunidade, não menosprezando seus anseios, realizações e projetos. Quando possível falamos também de suas motivações e dos sentimentos, todos eles externados em depoimentos que nos foram concedidos no decurso do trabalho de campo. Martin Buber (1987, p. 34) afirma que: “Nossos sentimentos de vida [...] não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade.” De acordo com Glaucio Machado (2015):

A importância que o conceito de comunidade tem para diversos setores intelectuais, científicos ou mesmo religiosos é muito grande. Este conceito está presente em várias formas de pensamento. Uma destas formas é o aspecto da religião que o carrega de sentidos vitais no linguajar e no entender da religião. Falar da comunidade ou de comunidade na religião é, às vezes, falar de seus próprios fiéis quando ela indica que sua população alvo, ou seus membros, compõem-se numa comunidade de fiéis.

Por sua vez, Zygmunt Bauman (2003, p. 7) considera que: “A palavra “comunidade” [...] sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Nesse sentido, a comunidade representaria uma forma de segurança diante da sempre possível hostilidade que nos cercaria no cotidiano. Posto isso, o objetivo principal deste trabalho reside em tentar externar aspectos da religiosidade humana, parte dos quais também alicerçados na vertente dos estudos vinculados a Georg Simmel (1983; 1997), mais precisamente da ação dos “fiéis”, e em menor proporção da comunidade em geral, como promotores de desenvolvimento local no viés endógeno, – por vezes também referido como *desenvolvimento local*

*endógeno* – pois realizaram ou realizam ações “a partir da base”, conceito já aventado em estudos dos anos 1980, porém naquela época mais vinculado ao fator econômico, que à época se pensava como “centro” das atenções (Cabugueira, 2000).

Primoroso também nos parece o texto de Boisier (2004, p. 3) a respeito do *desenvolvimento endógeno*:

¿Para qué el desarrollo endógeno? Para generar en un territorio dado las condiciones de entorno que le permiten a los seres humanos potenciarse a sí mismos para llegar a ser verdaderas personas humanas, porque, hay que entenderlo de una vez, el desarrollo no lo hace nadie sino las personas en su individualidad y en su sociabilidad. Ni el Estado, ni el capital, ni el sector privado, ni el público, pueden producir el desarrollo de las personas; sólo pueden crear las condiciones de entorno. ¿Para quién el desarrollo endógeno? Para el ser humano y para la persona humana, esta última, como “categoría superior” del ser humano. Esta es la teleología del desarrollo [...].

Cabe frisar que não entendemos desenvolvimento “a partir da base” como um conjunto de ações que se limitam ao trabalho de aceitar orientações ou normas externas, mas, sobretudo, como ações que encontram modos únicos de existir quando passam a ser promovidas em sociedade.

### 3 Etapas do trabalho

O trabalho de pesquisa, em especial o metodológico, deu-se basicamente em quatro fases: 1ª) definição e delimitação do objeto de estudo; 2ª) sondagens bibliográficas e *in loco*; 3ª) entrevista informal e 4ª) entrevista livre-narrativa, por vezes também chamada história de vida. O trabalho de definição e delimitação consistiu na seleção e no recorte de uma realidade a ser estudada, que como já destacamos é a Nossa Senhora da Saúde, que é uma das comunidades integrantes da Paróquia São Judas Tadeu. Depois realizamos sondagem bibliográfica e trabalho *in loco* (a princípio contatos telefônicos e, depois, presenciais) com a finalidade de identificar possíveis pessoas a serem entrevistadas. Listamos alguns pontos a serem contemplados nas entrevistas e, depois, realizamos entrevista livre-narrativa com pessoas que atuavam na comunidade. Os depoentes em questão foram selecionados por meio da técnica de amostragem não-probabilística intencional, a qual desconsidera a amostragem por cotas, haja vista que realiza amostragem por julgamento (Costa Neto, 1977; Oliveira, 2001).

Para a coleta de informações elegemos dois tipos de entrevistas. A entrevista informal é geralmente utilizada em estudos exploratórios. Essa técnica possibilita ao pesquisador um conhecimento mais detalhado da temática que está sendo investigada, fornecendo assim pistas para o encaminhamento da pesquisa, seleção de outros informantes, ou mesmo a revisão das hipóteses inicialmente levantadas. Para relatar aspectos pontuais realizamos entrevistas livre-narrativa ou aberta, na qual o entrevistado é solicitado a falar livremente a respeito do tema pesquisado.

Segundo Cruz Neto (2001, p. 57):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Ainda nas palavras de Cruz Neto (2001, p. 57), por meio da entrevista “podemos obter dados objetivos e subjetivos.” Consideramos importante ressaltar, inclusive como registro de pesquisa, que uma entrevista estruturada ou aplicação de questionários poderiam, a nosso ver, condicionar nossos depoentes a darem respostas que “já pensávamos obter de suas falas” ou, então, limitá-los a falar tão ou quase somente assuntos “neutros”, filtrados pelas particularidades que o texto escrito pode exercer sobre fontes vivas.

Sendo assim, e de nossa parte o procedimento foi proposital, buscamos sobremaneira ouvir os depoentes e, depois, tecer análises. “Ronald Fraser plantea que a pesar de conocer un tema, no se puede saber lo que la gente va a contar sobre sus vidas y por lo tanto no puede saberse de antemano qué preguntas se van a hacer.” (Barela et al., 2012, p. 30). Consta ainda que a “forma en que el entrevistado elige para narrar su historia es tan reveladora como el contenido de esa historia.” (Barela et al., 2012, p. 30).

Denominaremos genericamente as pessoas entrevistadas como depoentes, as quais nos receberam, inclusive, mais de uma vez, situação que avaliamos de grande serventia à feitura deste

trabalho. Em linhas gerais, essas pessoas/depoentes pertencem à Comunidade desde o início e participam ativamente das ações e dos trabalhos desenvolvidos na instituição. Portanto, constituem uma amostragem representativa e atuante da Comunidade em estudo, podendo, a nosso ver, e desde que se tomem precauções para não generalizar ao extremo e nem particularizar ao individual as suas afirmações, ser estendida também aos demais participantes, possibilitando que se compreendam algumas das dimensões de ser agente com participação ativa.

Entendemos participação ativa como um processo no qual as pessoas se fazem presentes, tomam decisões, dialogam com outros integrantes da Comunidade e autoridades institucionais, em particular as religiosas, expõem seus pontos de vista, questionam e problematizam situações, medeiam conflitos e interesses os mais diversos, colaboram e se posicionam contrárias ou favoráveis, dissidentes ou convergentes aos projetos – tanto por realizar como os já materializados – que entendem necessários ou inadequados à conjuntura por eles vivenciada ou ao porvir de suas existências e dos que lhe são caros. Talvez o repertório conceitual externado por John Friedmann (1996) na teoria do “empoderamento” – sobremaneira de vieses estrutural, político e comunitário – sintetize a situação que, aqui, estamos chamando de participação ativa.

As observações de Marcelo José Lopes de Souza (2012) também são adequadas, ampliando sensivelmente nossa forma de pensamento e de análise acerca dos contributos dos agentes – tanto individuais quanto coletivos/coletividades – para o desenvolvimento local. Para Souza (2012, p. 106) estaria “implícito [...] que o “desenvolvimento”, como processo historicamente aberto de autocrítica” teria “por meta a autonomia, a auto-instituição livre da sociedade”. Souza (2012, p. 106) diz-nos ainda que “o projeto de autonomia pressupõe também a liberdade para colocar-se a questão do desenvolvimento, ou seja, da transformação e da autocrítica na direção de uma justiça social cada vez maior, de modo próprio, singular – ou mesmo para sequer tematizá-la, caso das sociedades indígenas ou “sem história”.”

#### **4 Igreja-comunidade e valorização do Ser Humano**

A Igreja-comunidade surgiu na época dos apóstolos, onde a prática comum do cristianismo palestinese (Conferência..., 2014) se dava de forma itinerante. Paulo difundiu o conceito de Igreja Doméstica para participar da nova configuração social – cidade – que se instaurava às margens do mar Mediterrâneo. A proposta era a edificação de um local de acolhida para aqueles que se dispusessem a comungar os ensinamentos de Cristo.

Por isso Paulo usa a imagem da casa, lugar estável onde se reúne a família. Ele emprega o conceito Igreja Doméstica, indicando que as comunidades se reuniam na casa dos cristãos. As comunidades de Jerusalém, Antioquia, Roma, Corinto e Éfeso, entre outras, são comunidades formadas por Igrejas Domésticas: as casas serviam de local de acolhida dos fiéis que ouviam a Palavra, repartiam o pão e viviam a caridade que Jesus ensinou. Paulo faz da casa a estrutura fundamental das Igrejas por ele fundadas.

Ressalta-se que neste contexto o cristianismo era exercido de forma clandestina e a comunidade era tida como um refúgio para os cristãos que viviam em meio aos costumes pagãos. Desse modo, a fraternidade era fortemente exercida e as comunidades se sentiam responsáveis umas pelas outras (Conferência..., 2014, p. 23).

Com o edito de Milão em 313, foi declarada a liberdade religiosa para todo o Império Romano e em 381 o Imperador Teodósio, por meio do edito de Tessalônica, estabeleceu o cristianismo como religião oficial do império. Consequentemente, ocorreu um aumento do número de cristãos e as comunidades passaram a organizar-se territorial e administrativamente. Sob esse movimento, a Igreja Doméstica perdeu forças e no final do século III instituiu-se o *domus ecclesiae*, um local fixo e centralizador das atividades cristãs, sob direção de um presbítero. “No final do século IV, esses locais fixos de culto eram chamados, em Roma, de *titulus*.” (Conferência..., 2014, p. 24).

A terminologia paróquia era empregada para comunidades rurais onde residiam o bispo e seu presbitério, entretanto, no século V, com o crescimento populacional as paróquias passaram a exercer certa autonomia nas atividades religiosas, tais como batismo, eucaristia, conciliação, e em função disso os presbíteros alcançam status de delegados do bispo. A delimitação territorial da paróquia se estabelece aos poucos à medida que ocorre a urbanização no entorno; desta expansão originou-se a diocese. Apesar do crescimento da Igreja houve um enfraquecimento da força da pequena comunidade cristã.

Com o fim do Império Romano em 476, devido à invasão bárbara, as comunidades cristãs inauguram um novo período no qual a paróquia medieval desempenhou uma grandeza teológica que

abarcava não apenas a agregação religiosa, mas influenciava no desenvolvimento das pessoas por meio da economia e educação local. Estabelece-se, assim, uma íntima ligação entre Igreja, Estado e sociedade. Entretanto, naquela época teria ocorrido uma mitigação das práticas espirituais, as quais teriam contribuído para o aparecimento de “ordens religiosas e mosteiros atraindo pessoas que buscavam uma espiritualidade que a paróquia não conseguia proporcionar.” (Conferência..., 2014, p. 24).

Muito embora a alteração comportamental propiciada pelo Renascimento e a Reforma Protestante no século XVI, o Concílio de Trento não modificou substancialmente a estrutura paroquial, visto que houve apenas a determinação de que o pároco residisse na paróquia, assim com a instituição do seminário para formação do clero, além da delimitação territorial e da criação de novas paróquias. Esse modelo paroquial se estendeu até o Concílio Vaticano II.

Com a realização desse Concílio no início da década de 60 do século XX, objetivou-se contextualizar a Igreja com a sociedade contemporânea, reestruturando e valorizando a essência coletiva e fraterna do homem. Para tal, o resgate da prática da Igreja primitiva fortalecida pelos laços de identificação e pertença da comunidade, unida pelo batismo e revigorada no reconhecimento da condição equivalente de cristão, propaga a missão de Cristo pelo testemunho individual e coletivo. Esse movimento divide com os leigos a responsabilidade junto com a Igreja na disseminação dos princípios e valores cristãos na sociedade (Conferência..., 2014).

A difusão do conceito de Igreja também como Povo de Deus se opõe ao comportamento da sociedade contemporânea que, por vezes, vivencia demasiadamente aspectos materialistas, individualistas e egoístas e que em nada se assemelham ao discurso cristão. Também, eleva a importância do Homem em sua essência coletiva, sem, contudo, se dissociar de seu aspecto individual, mas vislumbrando uma forma de Ser Humano que prioriza os valores universais.

A maneira como a Igreja propõe uma releitura na sua forma de atuação, sedimentação e expansão, se aproxima do rompimento das amarras difundido por Ávila (2001, p. 20), quando este busca compreender o significado de desenvolvimento local. Para o autor:

[...] a idéia que o resultante termo *desenvolver* nos enseja, em se tratando de pessoas, instituições e povos, é a do rompimento das amarras que os prendem – *enrolam, embrulham, cingem* – em seus *status quo*, aqueles histórica e tradicionalmente já entranhados em suas maneiras de ser e agir, a fim de que se orientem para novas maneiras de evolução com equilíbrio e progresso, implicando “(...) *transformação global*” [...].

Destarte, importante ressaltar que na dinâmica das práticas católicas após as orientações do Concílio Vaticano II, e no Brasil com a elaboração do texto *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia* (Conferência..., 2014), evidencia-se o relevante papel da comunidade católica ou povo de Deus na consolidação dos princípios da Igreja por meio da valorização do Ser Humano, independentemente da fé.

Essa atribuição ao povo de Deus se estabelece não como imposição, mas como objetivo comum que objetiva fortalecer a própria comunidade católica. Sob esse aspecto, o conceito de comunidade não é o vulgarmente empregado para definir meros agrupamentos sociais. Mais do que isso, comunidade exprime *animus* subjetivo compartilhado e recíproco. Max Weber (1973, p. 142) discorre sobre a importância do sentimento nas relações sociais para formação de uma comunidade:

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

Para o desenvolvimento local, assim como para Weber (1973), o sentimento é mais determinante na edificação de uma comunidade do que o próprio território, visto que hoje é cada vez mais comum a formação de uma comunidade sem a presença de território fisicamente constituído. Entretanto, não se pode deixar de notar que o processo globalizatório fomentou a multiplicação de comunidades que não se nutrem de pertencimento, materializando, portanto, apenas a conformação de grupos sociais temáticos.

Este sentimento ou pertencimento estabelece entre os participantes da comunidade relações de poder que interagem com o objetivo comum. No texto *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia* (Conferência..., 2014, p. 11), depreende-se que a Igreja partilha o raciocínio de que o território físico não é condição *sine qua non* para a construção, manutenção e perpetuação de uma comunidade:

A territorialidade é considerada, há séculos, o principal critério para concretizar a experiência eclesial. Essa concepção está ligada a uma realidade mais fixista e estável. Hoje, o território físico não é mais importante que as relações sociais. A transformação do tempo provoca uma nova noção de limites paroquiais, sem delimitação geográfica. Habitar um determinado espaço físico não significa, necessariamente, estabelecer vínculos com aquela realidade geográfica. A mobilidade, especialmente urbana, possibilita muitos fluxos nas relações.

Para Andrade (1995, p. 32), a despeito de diversas concepções de território, seja pelos aspectos das ciências naturais ou sociais, “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, promovendo o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre eles.”

Desse modo, no objeto de estudo em questão e que estamos problematizando neste trabalho, é possível perceber a importância tanto de território quanto de territorialidade, pois a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, que se faz conduzir pelos ideais cristãos contemporâneos propagados pela Igreja, bem como demonstra o vínculo de pertencimento, além de ser pautada por relações de poder escalonado, visto que seus agentes atendem orientações vindas da Igreja.

De outro norte, o território favorece a relação e interação em um primeiro momento com a própria Comunidade Católica, para posteriormente alcançar com a coletividade local, intentando não apenas o desenvolvimento de valores que são intitulados como cristãos, mas também o resgate e a valorização do Ser Humano. Ainda de acordo com o material *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia* (Conferência..., 2014, p. 26):

A comunidade se expressará na comunhão dos seus membros entre si, com as outras comunidades e com toda a diocese reunida em torno do seu bispo. Assim, a Igreja, que prolonga a missão de Jesus, há de ser compreendida primeiramente como comunhão [*communio*], pois sua raiz última é o mistério insondável do Pai que, por Cristo e no Espírito, quer que todas as pessoas participem de sua vida de infinita e eterna comunhão, na liberdade e no amor, vivendo como filhos e filhas na fraternidade.

A nosso ver, a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde já demonstra os “primeiros passos” dessa caminhada rumo à coletividade local. Sem a ambição de esgotar o assunto ou dar respostas conclusivas, as quais poderiam desencorajar outras e mais amplas reflexões, relatamos parte dos “primeiros passos”.

## **5 Aspectos da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde**

A Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde está localizada na Zona Sul da cidade Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, e faz parte da Paróquia São Judas Tadeu. Este espaço, conforme informações que obtivemos, começou a ser idealizado em fins da década de 1990. Ajudados por uma pessoa da comunidade, de nome que não nos foi mencionado em depoimentos, nem se residia nas proximidades ou se fazia presente entre os membros da própria comunidade, foi possível aos fiéis comprarem um terreno. Pelo que consta, o benemérito, ao ver a falta recursos financeiros para a instalação de futura igreja, com atividades religiosas e de convívio, resolveu contribuir na tarefa de aquisição do terreno. Esta pessoa cedeu uma determinada quantia aos representantes da comunidade, que depois repuseram esse valor.

O início oficial desta comunidade, de acordo com os entrevistados, ocorreu em 07 de setembro de 1998, com oito pessoas, assim constituído: sete fiéis e o pároco da Paróquia São Judas Tadeu. Nessa época, as celebrações ocorriam em locais os mais diversos, mas, sobretudo, em varandas e garagens das casas dos próprios fiéis. Após alguns anos, em 2002, com a aquisição do terreno, porém, ainda sem recursos para a construção da igreja, as celebrações passaram a ser realizadas sob *encerados* (debaixo de lonas, geralmente de plástico), designação de uma experiência que indica que não há necessidade de um templo nos moldes tradicionais, no sentido arquitetônico, para a realização de celebrações, tampouco para o início de uma comunidade. Após a fundação da Comunidade, realizada em conjunto com o pároco, fez-se necessário definir do nome da mesma.

Por até então não existir nas imediações uma Igreja Católica que considerassem próxima, na qual pudessem orar, os fiéis se dirigiram à capela instalada nas dependências do Hospital Universitário, que fica no *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Por causa dessa situação, pároco e fiéis intitularam a comunidade que estavam edificando com a denominação Nossa

Senhora da Saúde, sobretudo pelo fato de os fiéis do entorno já se reunirem com relativa frequência na capela do referido hospital, sendo que uma parte buscava e também agradecia por sua saúde.

O início da construção do prédio que hoje abriga a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde deu-se por volta do ano 2009/2010. Este espaço tem capacidade para realizar celebrações com aproximadamente 200 fiéis, que ficam acomodados em cadeiras (dobráveis, de ferro), as quais antes eram utilizadas em estabelecimentos comerciais, em geral bares, e que foram adquiridas pela própria comunidade.

**Figura 2:** Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde



Fonte: Paróquia..., 2015b.

Destacamos que a primeira parte da construção, iniciada em 2009, não corresponde à igreja, mas sim um espaço destinado à realização da catequese que contém três salas. Neste momento, o espaço externo da igreja encontra-se no reboco, ou seja, sem pintura. A igreja conta com passeio público, piso tátil e grades. A construção tem estrutura metálica que, quando visitamos, possuía a seguinte configuração: pintura na parte interna até a altura de 3 metros, inexistência de forro e pavimento sem lajotas (contrapiso). A obra tem projeto na Prefeitura Municipal de Campo Grande, sendo que o acompanhamento é realizado por uma arquiteta que, inclusive, é fiel atuante na Comunidade. A obra está inconclusa, fato que impossibilita que um profissional solicite junto ao poder público municipal a carta de habite-se.

A rigor, internamente a igreja não conta com um altar de formato clássico. Contudo, há uma mesa e duas cadeiras, equipamentos provisórios, mas que, na prática, possuem a funcionalidade de um altar. O sacrário foi doado por outra comunidade, também integrante da Paróquia São Judas Tadeu, na qual se tornou sobressalente depois de uma reforma, e por esse motivo foi ofertado à Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde.

**Figura 3:** Interior da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde



Fonte: Martins, 2015.

As principais atividades da igreja são: missas realizadas duas vezes ao mês (no segundo e quarto domingos) pelo pároco da Paróquia São Judas Tadeu e cultos que também ocorrem duas vezes (no primeiro e terceiro domingos de cada mês), os quais são realizados pelos ministros que pertencem à Comunidade. As missas e/ou celebrações acontecem todos os domingos às 18h:30min.

Conta ainda com oração de terço, uma vez por semana, e com novenas que ocorrem todos os dias 21, entre os meses de fevereiro até novembro. São ministradas às crianças e jovens as aulas de catequese, sempre oferecidas no fim da semana.

Constatamos três pontos centrais de suporte financeiro: dízimos, ofertas e festividades religiosas. O dízimo, que corresponderia em geral ao valor de 10% de um salário ou dos rendimentos líquidos, apresenta variações. As pessoas doam os valores que julgam possíveis. Em média, são 80 famílias efetivamente cadastradas que contribuem mensalmente. As ofertas podem ser realizadas a cada celebração, independente de ser missa ou culto. O último dos pontos centrais na arrecadação de recursos financeiros, e ao que tudo indica o mais importante de todos, tem sua origem nas festividades realizadas no decorrer do ano, as quais totalizam três festas, visto que o valor de arrecadação das ofertas é quase irrisório e o valor arrecadado no dízimo contempla praticamente 100% da taxa que deve ser encaminhada mensalmente à Paróquia São Judas Tadeu, que por sua vez repassa uma parte do valor às demais instâncias da Igreja Católica.

As festas realizadas ao longo do ano são: festa junina que conta com a colaboração de fiéis da Comunidade. A respectiva festa ocorre no dia 07 de setembro de cada ano, momento destinado às ações comemorativas do dia e do mês de aniversário da fundação da Comunidade. E, por último, a festa realizada em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Saúde, que ocorre a 21 de novembro, momento em que se encerra a novena. As festas são divulgadas à Comunidade e ao bairro por meio de avisos e de comunicados externados no decorrer das missas e/ou celebrações e com o auxílio de faixas dispostas nas grades da igreja. Além disso, também são veiculados informes em mídias eletrônicas e em redes sociais.

**Figura 4:** Faixa na parte externa da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde



Fonte: Martins, 2015.

Mensalmente, a comunidade precisa repassar à Paróquia o valor fixo de R\$ 1.400,00 reais (em torno de dois salários mínimos), independente da quantia coletada no dízimo e nas ofertas. Sendo assim, o desenvolvimento da Comunidade ocorre basicamente por meio dos valores auferidos com a realização de festividades. Conforme informações que obtivemos, por vezes, os próprios fiéis também se organizam com intuito de complementar o valor que é repassado à Paróquia, pois nem sempre a arrecadação de valores obtidos em ofertas e dízimos é suficiente.

De acordo com uma das pessoas concederam depoimentos para a realização deste trabalho, a catequese funciona apenas uma vez por semana, aos sábados, e apresenta alguns fatores diferenciados. Procura-se, por exemplo, manter a mesma professora desse o primeiro até o último ano; ademais, não conta especificamente, como ocorre normalmente, com o cumprimento de três etapas para a preparação da primeira Eucaristia, palavra de origem grega que indica a ação de “dar graças” ou “agradecer”. A catequista, juntamente com os pais e/ou responsáveis, decidem se a criança ou adolescente está apto a realizar o sacramento. Quando solicitam a matrícula para o início das aulas de catequese de seu filho ou filhos, os pais são visitados, no mínimo, três vezes antes da matrícula, para que assim os líderes da catequese avaliem o real interesse da família. Vale ressaltar que as aulas não acarretam custo monetário ou taxa aos responsáveis.

Como informamos, as receitas mais relevantes são coletadas somente nas três festas anuais que a comunidade realiza. Sendo assim, a liderança não consegue assumir compromissos mensais, como parcelamentos ou financiamentos de materiais e demais aquisições para concluir a obra da igreja. Desse modo, as tomadas de decisões referentes às prioridades para melhorias na comunidade são realizadas mediante o montante disponível em caixa. Com base nesse valor, os

líderes da Comunidade, constituída por oito mulheres e três homens, tentam realizar os anseios e os projetos antes acordados pelos fiéis.

**Figura 5:** Via pública defronte da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde



Fonte: Martins, 2015.

Os fiéis participantes da Comunidade são mistos e variados, entre homens e mulheres de todas as idades e também crianças. Sobre a variação de participantes entre as missas e as celebrações, um dos depoentes nos externou que a mesma não ocorre. Os fiéis ativos participam das celebrações e missas sem restrição. Os ministros que presidem as celebrações também têm um papel fundamental nesse caso, pois necessitam que as celebrações sejam efetivadas de maneira satisfatória e interativa com a Comunidade.

A Comunidade possui uma imagem de Nossa Senhora da Saúde, que foi doada por uma devota e participante assídua da Comunidade. Depois de ter solicitado ajuda divina e de ser atendida, como retribuição à graça alcançada, e também para cumprir sua parte na promessa, essa devota dirigiu-se a Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo, local que abriga um dos mais conhecidos santuários do Brasil. Foi então que comprou a referida imagem, a qual foi doada à Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde.

**Figura 6:** Imagem sacra de Nossa Senhora da Saúde



Fonte: Martins, 2015.

A igreja conta ainda com um trabalho realizado na acolhida dos fiéis, em especial em dias de missas e/ou celebrações. A ação tem como objetivo principal recepcionar individualmente os fiéis que entram na igreja, provavelmente para que se sintam acolhidos e benquistos. Esse trabalho é executado pelos ministros e, também, por alguns líderes da própria Comunidade, previamente já

capacitados na tarefa de recepcioná-los, trabalho que entendemos como empreendedorismo em escala local.

O empreendedorismo tem um papel relevante no desenvolvimento local, visto que a inovação e criatividade são necessárias e muito auxiliam no desenvolvimento, dando impulso renovado ao cenário econômico, desenvolvendo a competitividade e fomentando a concorrência entre as organizações, inclusive religiosas. Em conceito datado da primeira metade do século XX, Schumpeter (1985, p. 60) conceitua nos seguintes termos o chamado espírito do empresário: “empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais.”

De acordo com Dolabela (1999, p. 43), a palavra empreendedor é empregada para nomear principalmente a pessoa que se “dedica à geração de riqueza, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc.”. Segundo esse autor, tudo indica que o empreendedorismo, mesmo na era da globalização, é um fenômeno regional, na medida em que a cultura, as necessidades e os hábitos de uma região indicam os tipos de comportamentos.

Degen (2009, p. 8), por sua vez, afirma que o “empreendedor é aquele que tem a visão do negócio e não mede esforços para realizar o empreendimento. A sua realização é ver sua ideia concretizada em seu negócio.” Sendo assim, para que haja o desenvolvimento local é necessário empreender iniciativas a partir do potencial local, e isso decorre de uma participação da sociedade, da administração local e dos empresários, assim como de comunidades religiosas.

Pereira e Santos (1995) apontam o empreendedorismo como um exemplo de modelo de gestão que se evidencia neste período de transformação e de emergência de novos paradigmas. Nesse sentido, economistas afirmam que o empreendedor torna-se um elemento útil e fundamental para o desenvolvimento, visto que, de acordo com a afirmação de Bernardi (2012, p. 63), a visão de um empreendimento “surge da observação, da percepção e análise das atividades, tendências e desenvolvimentos, na cultura, na sociedade, nos hábitos sociais e de consumo.”

Nas palavras de Testas e Moreira (2000, p. 142), uma das características que define o empreendedorismo é a “tentativa de [...] desenvolvimento de um negócio já estabelecido, por parte de um indivíduo, de um grupo, ou de negócios já constituídos.” E citando Santos e Serra (2000), Testas e Moreira (2000, p. 143) afirmam ainda que: “ninguém nasce empreendedor, nem com genes empreendedores. O que define um empreendedor é o seu comportamento e atitudes e não os traços de personalidade ou quaisquer outras características inatas.” Inclusive, indicam que o empreendedorismo “é desenvolvido pela educação e pelas experiências vividas durante a vida.”

Tomamos a liberdade e pensamos ser útil acrescentar aqui o nosso entendimento de empreendedorismo religioso, que tivemos a oportunidade de constatar em pesquisa de campo, uma vez que inexistia na literatura ou no estado da arte sobre o referido assunto apenas um conceito de “empreendedorismo”. Ressaltamos que o empreendedorismo religioso também pode ser entendido como fruto da ação da comunidade, e que talvez as edificações materiais, visuais, mas também simbólicas e sociais (e aqui citamos os exemplos da igreja, salas de catequese, celebrações e festas religiosas) sejam o ponto mais concreto ou mais perceptível em uma primeira análise.

A nosso ver, a construção material (ainda em formação, incompleta, inacabada, como indicam as figuras contidas neste trabalho) da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde é um indicativo de empreendedorismo religioso. Em uma versão pejorativa ou taxativa talvez seja um modelo “imperfeito” ou “limitado” de desenvolvimento de uma comunidade. Contudo, é preciso que se tenha em mente um questionamento mais amplo: seria pertinente mencionar a existência de um modelo de desenvolvimento em plenitude?

Se atentarmos para outros pontos, poderemos perceber que o empreendedorismo religioso (quem sabe em uma perspectiva mesmo ortodoxa, mas longe de ser limitadora) não se expressa tão somente em edificações materiais, palpáveis ou em rituais, mas que pode ser visto também na atuação e no trabalho dos “fiéis” e da comunidade de modo mais amplo, mesmo que uma parte não seja católica, à edificação de relações sociais, realização de festas, convívio entre pessoas do entorno e do bairro, espaço para debates e conversas, confraternização, local de falas e exposição de projetos, meio dos mais prováveis de constatar e dirimir conflitos, encaminhar soluções ou definir caminhos à concretização de objetivos, geralmente acordados em reuniões nas quais todos ou quase todos têm oportunidade de ouvir tudo o que é falado e de falar ao seu modo, expondo quase que sem filtro os seus sentimentos e valores. Ou seja, o empreendedorismo religioso, sobretudo na versão local, pode gerar e/ou fomentar melhores condições de vida para os agentes de uma comunidade, e não menos também promover desenvolvimento local “a partir da base” ou “a partir de baixo”.

Ao longo de mais de 15 anos de atuação é notória a solidificação da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde como comunidade religiosa, haja vista a edificação de suas instalações físicas, bem como a manutenção da vida espiritual, que não exclui também as dimensões simbólicas e afetivas dos fiéis, nomeadamente com a oração de terço, as novenas, a catequese, dentre outros. Todavia, e sob orientação da própria Igreja Católica Apostólica Romana, começaram pela implementação das práticas inovadoras de setorização e de acolhida que se destinam à localidade, as quais também constituem uma forma de empreendedorismo religioso.

A setorização é um meio. Não basta a demarcação de territórios, é preciso identificar quem vai pastorear, animar e coordenar as pequenas comunidades. Sem essa preparação, a simples setorização não renova a vida. [...] Ao afirmar que são “pequenas” comunidades, indica-se que são formadas por um pequeno grupo de pessoas, onde todos se conhecem, partilham a vida e cuidam-se uns dos outros, como discípulos missionários de Cristo. [...] O processo seguinte deverá ser missionário, buscando, atraindo e acolhendo aqueles que estão afastados da paróquia para que se integrem numa comunidade. [...] Onde for possível setorizar territorialmente a paróquia, que assim seja feito! Onde não o for, siga-se o critério da adesão por afeto ou interesse (Conferência..., 2014, p. 45).

Por sua vez, a prática da acolhida consiste, como em parte o próprio nome sinaliza, em acolher e oferecer

[...] o perdão, porque sabem que a comunidade é o lugar da reconciliação [...]. A vida comunitária não está baseada em assumir cargos ou atuar em serviços na paróquia; trata-se de ser autêntico discípulo de Jesus Cristo. A missão que se impõe às comunidades paroquiais é rever o relacionamento humano que nelas se estabelece. [...] Comunidade missionária, portanto, é comunidade acolhedora. Diante do grande número de batizados afastados da vida comunitária urge exercer melhor a acolhida, dialogando e propondo caminhos àqueles que se sentem distanciados (Conferência..., 2014, p. 47).

É de suma importância destacar a força endógena da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, que juntamente com a solidificação de sua comunidade, progride para uma escala maior que objetiva a comunidade local. Nesse passo, a “setorização” atua dividindo o território local para que grupos de leigos da comunidade religiosa busquem os católicos afastados e até mesmo os não católicos. “Essas comunidades, ao viver um espírito de abertura missionária, acolherão novas pessoas.” (Conferência..., 2014, p. 46). Assim, a primeira etapa consiste em realizar uma rotação periódica e domiciliar da Santa Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, prática essa que vislumbra a aproximação com as pessoas, possibilitando que estas conheçam as necessidades individuais locais e, posteriormente, estabeleçam interações com a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde e, conseqüentemente, a própria Igreja.

As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) são um instrumento que permite ao povo “chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos”. Elas “trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja” [...]. As CEBs se caracterizam, em geral pela formação de comunidades territorialmente estabelecidas, com forte acento missionário e ligado ao compromisso sociotransformador. Tendo a sua centralidade na Palavra de Deus, na Eucaristia e no valor do pequeno grupo que forma a comunidade, a fraternidade e a solidariedade que engajam o cristão em favor do Reino de Deus (Conferência..., 2014, p. 42).

A segunda etapa compreende a acolhida daqueles que foram motivados a conhecer ou retornar para a Igreja. “Na comunidade, as pessoas são acolhidas, superando o anonimato, têm vínculo de pertença e se reúnem não apenas para questões religiosas, mas para crescer na vida como seguidoras de Jesus Cristo.” (Conferência..., 2014:46). Por conseguinte, a acolhida objetiva resgatar cristãos e não cristãos para a vida do evangelho, e para que essa prática seja materializada não ocorrem cobranças iniciais, apenas o acolhimento cristão.

A evangelização só será possível, pelo menos em tese, quando essa acolhida priorizar a escuta do outro para conhecer suas angústias e esperanças. Essa dimensão intersubjetiva da pastoral não pode estacionar nos serviços individuais do atendimento religioso, mas deverá suscitar a participação, o envolvimento e o compromisso na comunidade e na sociedade. Portanto, a

setorização e a acolhida são ações pastorais que demonstram a força do movimento endógeno escalonado da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde. Essa força motriz que se propaga de dentro para fora demonstra a presença do desenvolvimento local tanto dentro da própria comunidade religiosa como para ao seu entorno, vez que foi e é a base para a consolidação da mesma, almejando inclusive a comunidade local.

No conjunto da obra, poder-se-ia enfatizar uma evidente predominância de princípios religiosos, todavia, faz-se oportuno destacar que os ensinamentos de Cristo, parte dos quais estariam contidos no Evangelho, propõem sempre, ou pelo menos como bem maior, a valorização e o respeito ao Ser Humano em suas dimensões individuais e coletivas, o que em nada se distancia das propostas mais humanistas do desenvolvimento local, visto que a disseminação de solidariedade e de fraternidade promove, ou pelo menos objetiva promover, bem-estar social à atual e às futuras gerações e/ou comunidades.

## **6 Algumas constatações**

Se se pensar nos benefícios advindos da participação dos agentes, atrelando-os majoritariamente ou até exclusivamente à matriz dos “ganhos”, “retornos” e “vantagens” no campo econômico, é muito provável que a maior parte dos envolvidos na edificação de comunidades religiosas seja tão somente exemplo a ser evitado. Contudo, se o enfoque não se reduz às retrovisões e nem almeja perspectivas meramente econômicas, então é bastante acertado sinalizar que as comunidades – nomeadamente a que estudamos – constituem um campo considerável e relevante aos seus agentes, os quais podem obter “ganhos”, “retornos” e “vantagens” bem significativas, algumas das quais listamos na sequência:

- Os agentes da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde podem ser pensados como agentes transformadores do local onde vivem;
- A Comunidade é uma forma de satisfazer as vontades, os desejos e as aspirações de um grupo de fiéis;
- A Comunidade surgiu para celebrar e cultuar a importância do fator religioso na vida das pessoas, e escolheram como símbolo maior a imagem de Nossa Senhora da Saúde;
- A Comunidade pode ser entendida como ponto de encontro de muitos agentes sociais, que não conseguimos precisar se professavam uma ou mais religiões, ou se frequentavam apenas a Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde;
- Celebrações religiosas e outras atividades podem ser concebidas como momentos de socialização, lazer e entretenimento, assim como pontos de identificação de uns agentes com outros agentes e realidades sociais “mais amplas”;
- O trabalho de construção/manutenção da Comunidade pode ser entendido como um projeto que depende e só se faz possível porque a Comunidade, por meio de seus agentes, em linhas gerais os seus “fiéis”, pretenderam e continuam realizando este trabalho;
- A Comunidade aglutinaria pessoas que trabalhariam, destinariam dinheiro e cederiam tempo de suas vidas à melhoria do espaço em questão;
- A Comunidade existe de forma efetiva porque os agentes destinaram e continuam destinando esforços à edificação desse espaço comunitário, o qual não deixa de ser um ambiente comunitário que sintetiza modos de vida, aspectos culturais e identitários de seus frequentadores;
- A referida Comunidade poderia ser interpretada como um caso apropriado de empoderamento ou de participação ativa de agentes e grupos sociais diversos, os quais estariam fomentando pensamentos e ações, efetivando assim experiências de autonomia e de liberdade, geralmente relacionadas à filosofia do desenvolvimento local, muitas lastreadas pelo viés endógeno;
- Se pensarmos desenvolvimento como uma palavra ou conceito que não tem definição precisa, que historicamente apresenta variações, discordâncias e “lacunas” (ou seria possibilidades de

ampliação) teórico-conceituais, e não menos que está em constante transformação, talvez o aspecto material da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, indicativo também do *trabalho humano de seus agentes*, seja um exemplo apropriado à confirmação desta assertiva, qual seja, a de que essa realidade é produtora de desenvolvimento local endógeno.

## 7 Considerações finais

As reflexões contidas neste texto podem ser pensadas como apontamentos “parciais” e “limitados”, ou ainda como sinalizações um tanto quanto “idealizadas” a respeito de aspectos de uma comunidade religiosa existente na cidade de Campo Grande, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e dos seus agentes, parte dos quais atuavam como fiéis na Nossa Senhora da Saúde desde o seu princípio, bem como um conjunto mais amplo de depoentes que talvez ampliasse as constatações deste estudo.

Ao que tudo indica, e este trabalho teria constatado a nosso ver vários pontos-chave dessa conduta de “desenvolvimento” acerca da comunidade e dos seus agentes, em especial quando estes estariam edificando ou trabalhando na feitura desta estrutura, as experiências comunitárias poderiam muito bem ser pensadas como um processo que comportaria múltiplas e distintas formas de atuação, as quais corroborariam para a edificação de um objetivo maior, a saber: o desenvolvimento local viabilizando-se pela atuação da própria comunidade.

Ainda que limitadoras de supostas liberdades, as referidas experiências comunitárias – em parte descritas como imaginadas/imaginárias, sonhadas e até ilusórias – contribuiriam também para a edificação de uma rede de relacionamentos diversos. De acordo com Zygmunt Bauman (2003, p. 10): “Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade.” Bauman (2003, p. 9) também pontua que “Comunidade é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá.”

Bauman (2003, p. 134) caracterizou-a assim: “Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.”

Diante dessas afirmações de matrizes sociais e históricas humanistas, e não obstante às realidades presenciadas em nosso trabalho de campo, também se reconhece que os percalços não eram ausentes. A ideia ou noção de que existiria uma comunidade em “plenitude”, um modelo que pudesse ser seguido e perseguido – literalmente copiado – sem críticas ou adaptações por outras comunidades e agentes, temporalidades e contextos, talvez se mostre cada vez menos adequada frente às evidências, aos estudos e às pesquisas realizadas por estudiosos que se dedicam aos campos inter e/ou multidisciplinares.

Esse estado de coisas talvez pudesse ser superado por meio de um projeto que valorizasse a segurança e, ao mesmo tempo, promovesse o “diálogo entre culturas”, impedindo assim que a insegurança grassasse sobre nossas vidas. Segundo sinalizações de Bauman (2003, p. 128), sem segurança “há pouca chance de que as comunidades venham a abrir-se umas às outras e a manter uma conversa que venha a enriquecê-las e a estimular a humanidade de sua união.” Parece-nos bastante oportuno também o entendimento de Georg Simmel (1983, p. 124), que afirma: “Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma “união pura” não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real.”

Os agentes da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde sinalizaram, se nos ativermos ao conjunto de seus depoimentos e trabalhos realizados, e inclusive de projetos que pretendem realizar, que a Comunidade pode ser entendida como uma construção que se faz desejada e é desejável aos seus integrantes, além de possível e viável às suas existências na exata medida de que muitos a edificaram/edificam, figurando, assim, como protagonistas e/ou agentes dos modelos – ou mesmo de um modelo – que consideram acertados às suas realidades.

## 8 Bibliografia

- Andrade, Manuel Correia de (1995), *A questão do território no Brasil*. São Paulo/Recife: Ipespe/Hucitec.
- Arquidiocese de Campo Grande (2015), *Um pouco de nossa história*. Disponível em: <<http://arquidiocesedecampogrande.org.br/um-pouco-de-nossa-historia/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- Ávila, Vicente Fideles de (Coord.) (2001), *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: UCDB.

Barela, Liliana; Miguez, Mercedes & Conde, Luis García (2012), *Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla*. 2. ed. Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico.

Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bernardi, Luiz Antonio (2012), *Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Boisier, Sergio (2004), *Desarrollo endógeno: ¿para qué?, ¿para quién?* (El Humanismo en una interpretación contemporánea del Desarrollo). Disponível em: <[http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia\\_boisier.pdf](http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia_boisier.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2015.

Buber, Martin (1987), *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva.

Cabugueira, Artur Carlos Crespo Martins (2000), Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, n. 9, p. 103-136. Disponível em: <[http://www4.cr.b.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9\\_103.pdf](http://www4.cr.b.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2015.

Campo Grande (Município) (2015). *SISGRAN*, Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/egov/sisgran/geo/construtores/Bairros.php?id=PIRATININGA>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (2014). 52ª Assembleia Geral, *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia*. A conversão pastoral da paróquia. 4ª Versão com as emendas, Aparecida-SP, 30 de abril a 9 de maio de 2014. Disponível em: <[http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/download/Doc100-Comunidade\\_de\\_Comunidades.pdf](http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/download/Doc100-Comunidade_de_Comunidades.pdf)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

Costa, Rogério da (2005), "Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva". *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, UNESP, v. 9, n. 17, mar./ago., pp. 235-248.

Costa Neto, Pedro Luiz de Oliveira (1977), *Estatística*. São Paulo: Edgard Blücher.

Cruz Neto, Otávio (2001), "O trabalho de campo como descoberta e criação". in Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes.

Degen, Ronald Jean (2009), *O empreendedor: empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Depoimentos [abr./maio 2015], Entrevistadoras: Deisi Graziela de Lima Martins e Priscilla Monge Brugeff. Campo Grande: Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde, 2015. Entrevista concedida ao *Projeto Agentes da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde como promotores de desenvolvimento local*.

Dolabela, Fernando (1999), *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados.

Friedmann, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.

Google Maps (2017), *Bairro Piratininga*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Lacerda, Solimário (Org.) (1989), *Guia Diocesano de Pastoral da Arquidiocese de Campo Grande*. Campo Grande: Arquidiocese de Campo Grande.

Machado, Glaucio Jose Couri (2015), *A importância do estudo do conceito de comunidade para as CEBs*. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~cienciadareligiao/artigos/artcomunidade.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

Machado, Paulo Coelho (199), *Pelas ruas de Campo Grande: a rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, v. 1.

Martins, Deisi Graziela de Lima (2015), *Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde*. Campo Grande, maio/jun. 2015. Diversas fotografias. Fotos apresentadas no Projeto: Agentes da Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde como promotores de desenvolvimento local.

Moro, Nataniél Dal (2016). "Cidade de Campo Grande: cotidiano urbano (décadas 1960-1970)". *El futuro del pasado. Revista Electrónica de Historia*, Salamanca, n. 7, pp. 533-551, 2016. Acesso em: 20 dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14516/fdp.2016.007.001.019>

Oliveira, Tânia Modesto Veludo de (2001). "Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e cotas". *Administração On Line*: prática, pesquisa, ensino, São Paulo, FECAP, v. 2, n. 3, jul./set. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art23/tania2.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

Paróquia São Judas Tadeu (2015a), *História*. Disponível em: <<http://www.saojudastadeu28.com.br/View/Historia.php>>. Acesso em: 31 mar. 2015a.

Paróquia São Judas Tadeu (2015b), *Comunidade Católica Nossa Senhora da Saúde*. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.saojudastadeu28.com.br/Comunidades/senhora%20saude.php>>. Acesso em: 31 mar. 2015b.

Pereira, Heitor José & Santos, Silvio Aparecido dos (1995), *Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor*. São Paulo: SEBRAE/FIA/USP.

Peruzzo, Círcia Maria Krohling & Volpato, Marcelo de Oliveira (2009), "Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença". *Líbero*, São Paulo, FACASPER, v. 12, n. 24, dez., pp. 139-152.

Ribeiro, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo [1993?], *Campo Grande: o homem e a terra*. [S.l.: s.n.].

Schumpeter, Joseph Alois (1985), *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) (2015). *Mapoteca*. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/semadur/mapoteca>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

Simmel, Georg (1983), "A natureza sociológica do conflito". in Moraes Filho, Evaristo (Org.), *Simmel*, São Paulo: Ática.

Simmel, Georg (1997), *Essays on Religion*. New Haven: Yale University Press.

Souza, Marcelo José Lopes de (2012), "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". in Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa & Corrêa, Roberto Lobato (Org.), *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Testas, Carla Patrícia & Moreira, Filipa Ramos (2000), "O empreendedorismo no ensino superior". *Revista Gestão e Desenvolvimento*, n. 22, pp. 139-163. Disponível em: <[http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22\\_139.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_139.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2015.

Weber, Max (1973), "Comunidade e sociedade como estruturas de socialização". in Fernandes, Florestan (Org.), *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Nacional/USP.